

# Apropriações da História e Semantização do Acontecimento Jornalístico: a origem e os pontos fortes da narrativa

*Eliza Bacheга Casadei*

## Resumo

O presente artigo investiga a apropriação do passado nas revistas informativas semanais brasileiras, a partir da ótica de que esta utilização do decorrido se configura como uma importante estratégia na semantização do acontecimento jornalístico. A história está ligada a estruturas do imaginário que dizem respeito a uma busca – que também é a do jornalismo – de configurar e mediar a temporalidade e o vínculo societário, acionando mapas culturais e cognitivos que medeiam conjuntos de explicações acerca do mundo. Em seguida, estudaremos essa semantização a partir de um recorte específico, a saber, as matérias que evocam as origens dos comportamentos e das instituições (ou seja, que fazem um cotejo entre o presente e o passado através de uma relação de continuidade explicativa) nas reportagens publicadas.

*Palavras-chave:* semantização; narrativa; história; jornalismo; revistas.

## Abstract

This article investigates the appropriation of the past in Brazilian weekly news magazines, from the viewpoint that this use of the past is an important strategy in the semantization of the journalistic event. History is linked to imaginary structures related to a search - which is also of the journalism - to configure and mediate the temporality and the social bonds, driving cultural and cognitive maps that mediate sets of explanations about the world. We will study, then, this kind of semantization from a specific perspective, namely, the texts that evoke the behavior and institutions origins in the published news.

*Key-words:* semantization, narrative, history, journalism, magazines.

A história é uma aliada poderosa na construção dos sentidos, uma vez que, como bem aponta Gregolin (1997: 56), “a interpretação de temas ressignificados mostra que o discurso, a história e a memória constroem movimentos de sentidos” (GREGOLIN, 1997: 56) que argumentam a favor de determinado entendimento em torno dos fatos. E é neste sentido que Harvey (2007: 190) pode afirmar que é exatamente porque a história fornece uma espécie de “continuidade entre o passado e o presente que cria um sentido de sequência para o caos aleatório e, como a mudança é inevitável, um sistema estável de sentidos organizados que nos permite lidar com a inovação e a decadência”, que “apropriamo-nos dos espaços antigos de maneiras bem modernas, tratando o tempo e a história como algo a ser criado, em vez de aceito”.

Essas questões são especialmente relevantes para os estudos de jornalismo se levarmos em consideração que, a partir de um levantamento realizado nas revistas *Época*, *Veja*, *Carta Capital* e *IstoÉ* durante o período de Janeiro a Dezembro de 2009, obtivemos que aproximadamente 70% das matérias publicadas<sup>i</sup> nestas revistas, muito embora noticiassem fatos da atualidade, faziam remissão a algum evento anterior ao ano de 1995 (ao menos 15 anos, portanto, antes da veiculação da notícia). Isso significa que das 6.489 matérias publicadas, 4.423 citavam algum evento histórico.

A média do número de reportagens que continham remissões históricas mostra que a revista que mais se utiliza deste recurso é a *Carta Capital* (com um total de 72,86% das matérias publicadas fazendo algum tipo de evocação do passado). Ela é seguida por *Veja* (com 71,50%) e por *Época* (com 67,43%). A revista que menos faz utilização deste recurso é a revista *IstoÉ*, com 60,93% de matérias que fazem menção a algum tipo de dado histórico<sup>ii</sup>.

Há, basicamente, dois modelos a partir dos quais as revistas informativas semanais mobilizam o passado em suas narrativas. Em um deles, o decorrido estabelece uma espécie de *continuum* em relação à atualidade e diz respeito mesmo ao desenvolvimento de uma determinada temática ao longo do tempo até o presente. Em outras palavras, trata-se de um contexto histórico que nos informa como chegamos até aqui. Em outras matérias, a relação é diferente e, ao invés de uma ideia de continuidade explicativa entre o passado e o presente, a narrativa estabelece alguns momentos-chave do passado que servem como um modelo de comparação ou de analogia com a atualidade. Não há necessariamente, nestas matérias, uma relação de origem lógica entre o passado e o presente, mas sim, o apontamento de situações similares que são confrontadas.

Estes dois tipos de narrativas históricas aparecem com bastante frequência e em proporções bastante parecidas nas quatro revistas analisadas durante o ano de 2009. Em todas elas, os dois tipos de narrativas ocupam aproximadamente metade das remissões históricas, com pequenas variações entre uma revista e outra: a saber, 47,8% das matérias suturavam o presente e o passado tanto através de uma relação de continuidade explicativa e 52,2% partiam do confronto do presente com pontos-chave do passado.

A apropriação jornalística da história que, em um primeiro momento, poderia causar espanto devido ao fato de que “o tempo presente não é uma qualidade

adicional ao conteúdo” jornalístico, “mas o próprio demarcador de sua especificidade em relação aos demais conteúdos” midiáticos (FRANCISCATO, 2001), não causa mais surpresa se lida sob a ótica da semantização do fato jornalístico. É esta a temática do presente artigo que busca investigar, primeiramente, como a apropriação do passado é uma estratégia importante na semantização do acontecimento jornalístico, uma vez que a História está ligada a estruturas do imaginário que dizem respeito a uma busca – que também é a do jornalismo – de configurar e mediar a temporalidade e o vínculo societário, acionando mapas culturais e cognitivos que medeiam conjuntos de explicações acerca do mundo. Em seguida, busca estudar essa semantização a partir de um recorte específico, a saber, as matérias que evocam as origens dos comportamentos e das instituições (ou seja, que fazem um cotejo entre o presente e o passado através de uma relação de continuidade explicativa) nas revistas citadas.

### Semantizações do acontecimento jornalístico através do uso da História

Para Rodrigues (1990), a notícia deve ser entendida como um meta-acontecimento discursivo ou, em outras palavras, como “uma espécie de acontecimento segundo, provocado pela própria existência do discurso jornalístico”. Sendo o acontecimento aquilo que “irrompe acidentalmente à superfície dos corpos como reflexo inesperado, como efeito sem causa, como puro atributo”, o sufixo “meta” da expressão – que significa “para além de” – escancara o fato de que o acontecimento jornalístico sempre será uma espécie de redescritção, de forma que, ao divulgar o fato, sempre se acaba criando outro na própria tessitura da narrativa.

Uma vez que o jornalismo não pode nunca ser separado da construção de uma escrita – entendida, aqui, como uma organização de significantes em torno de um evento que conduz da prática ao texto (CERTEAU, 2008) - os artefatos jornalísticos estão mesmo sujeitos a uma determinada estruturação do discurso. Como coloca Certeau, a produção de textos sempre parte de uma combinação bastante específica entre uma *semantização* – ou a “edificação de um lugar de sentidos” – e uma *seleção*, de forma que possa ser ordenada uma *inteligibilidade* por meio de uma *normatividade*.

É por esta característica definidora que o processo informativo-jornalístico sempre remete a um jogo entre a descontextualização de um evento do espaço em que ele é produzido em direção a uma recontextualização a partir de determinadas formas expressivas predeterminadas. É a isso que Sodré (2009, p. 71) se refere quando coloca que “à emergência da ocorrência ou fato em bruto, segue-se a busca social de sentido para ela e, finalmente, a sua neutralização explicativa pela narrativa do acontecimento”. E assim, ao dotar o evento de determinados sentidos socialmente predeterminados que, ao narrar também explicam uma situação e impõe uma ordem à irrupção do inesperado, que “a narrativa noticiosa restaura uma falha e confirma a previsibilidade da ordem por meio da inscrição do ocorrido na causalidade do fato social”.

A partir destes subsídios teóricos, podemos entender por que “não há nenhum sentido em falar de acontecimentos em si; só se pode falar de acontecimentos sob descrição” (QUÉRÈ *apud* CHARAUDEAU, 2006, p. 103). E isso evoca o fato de que o acontecimento jornalístico se configura apenas após a passagem por um processo *evenemencial*, ou seja, por um mecanismo que, nas palavras de Charaudeau, transforma os acontecimentos que podem ter alguma ancoragem no mundo físico em outra coisa que não uma mera adequação imagética ao referente, na medida em que sua percepção e significância dependem de um sujeito que interpreta o mundo.

O acontecimento percebido que irrompe do *continuum* dos eventos em sucessão, desta forma, se inscreve sempre dentro de uma rede de significações sociais, de modo que ele seja reintegrado em um conjunto de significados já estabelecidos. Existem diversas formas a partir das quais o jornalismo se insere dentro desse jogo das significações sociais. Dentre elas, procuraremos explorar o vínculo societário estabelecido pelo o que é comum a partir do modo com que o jornalismo se relaciona com a temporalidade e com os dados históricos.

Alguns autores argumentam que podemos assumir que “o jornalismo não cria o tempo presente, mas atua de forma privilegiada como reforço de uma temporalidade social” de forma que “os eventos jornalísticos não são apenas marcadores simbólicos sobre o tempo presente, mas são definições temporais sobre modos de viver o presente” (FRANCISCATO, 2005, p. 21).

É necessário sublinhar, contudo, que esta temporalidade não é marcada tal como um presente plano. Franciscato (2001) coloca mesmo que a noção de

“atualidade jornalística” só pode ser entendida se ampliarmos o seu significado e não nos restringirmos a uma mera conceitualização do novo. E isso porque a “atualidade jornalística” não se constitui somente como a qualidade temporal de um fenômeno, mas sim, como forma de dotar um conteúdo de determinados atributos que o colocam como um elemento importante na constituição da sociabilidade contemporânea.

O processo de semantização de um acontecimento jornalístico, visto sob esta perspectiva, não abarca somente o tempo presente, mas está diretamente conectado com outros tempos narrativos que acabam por sugerir direcionamentos e atribuir sentidos para o que é relatado. Podemos entrever, por exemplo, uma outra construção temporal bastante comum no jornalismo que, embora seja um pouco menos óbvia, diz respeito a uma certa orientação para o futuro a partir da formação de prognósticos.

É por isso que Marcondes Filho afirma que (2000, p. 67) o jornalismo não age só no plano imediato. “A soma de todos os imediatos diários constrói um contínuo sedimentado na extensão do tempo. Se a essência da técnica é algo de natureza não técnica, a essência do instantâneo é algo, necessariamente, de natureza não-passageira.”

A construção social de sentidos envolta no jornalismo, portanto, está além de uma mera descrição do tempo presente, mas sim, a uma expansão em direção ao passado e ao futuro, de forma que os prognósticos dizem respeito a uma ampliação das funções da imprensa e a uma forma de imprimir direcionamentos de sentido.

É a partir disso que podemos constatar que a construção temporal envolvida no jornalismo não diz respeito tanto à atualidade em si, mas sim, a um presente da ação social, como sublinha Franciscato (2003, p. 285). E isso significa assumir, de uma maneira ampla, que o presente é uma construção social, de forma que os conteúdos compartilhados pelo jornalismo dizem respeito a uma experiência temporal discursiva relacionada a “um tempo de referência da ação coletiva”, de forma que o jornalismo, ao rodear a sociedade de um presente social contínuo, oferece um tipo de conteúdo que é “bastante novo para que nos impressione e bastante velho para que possamos conhecê-lo e comentá-lo” (GOMIS *apud* FRANCISCATO, 2003, p. 336).

A origem e o prognóstico, neste sentido, são marcadores temporais que delimitam sentidos sociais para a descrição do presente.

Essa problemática remete também a outro aspecto da semantização do fato efetuada pela imprensa que não pode ser ignorado. Ele diz respeito não apenas às características específicas das construções temporais envolvidas neste tipo de jornalismo, mas sim, às predeterminações de sentido que necessariamente estão presentes no processo *evenemencial* da produção noticiosa.

Para que possamos discutir este aspecto, precisamos ter em mente que, como sublinha Foucault (1996, p. 22-23), há sempre determinados desníveis entre os discursos, de forma que alguns deles se apresentam como meramente efêmeros, como relatos que “se dispersam e que desaparecem”, como coisas que “se dizem’ ao correr dos dias e das relações, discursos que se esquecem do próprio ato que lhes deu origem”. Há, no entanto, outro nível de discursos que diz respeito a narrativas maiores que se repetem incessantemente e que fornecem o conteúdo dessas estórias mais efêmeras.

Trata-se de discursos que “estão na origem de certo número de novos atos de fala, atos que os retomam, os transformam ou falam deles, numa palavra, os discursos que, indefinidamente e para além da sua formulação, *são ditos*, ficam ditos, e estão ainda por dizer” (FOUCAULT, 1996, p. 22). Eles ajudam a semantizar a irrupção do novo, de forma que o que é dito é sempre acompanhado por estruturas de pensamento que já estão dadas. Visto sob este aspecto, “o novo não está naquilo que é dito, mas no acontecimento do seu retorno” (FOUCAULT, 1996, p. 26).

As ocorrências singulares trazidas pelo jornalismo, dentro dessa perspectiva, estão enquadradas por estas narrativas maiores que lhe fornecem a direção de entendimento e semantizam o fato relatado.

É com este mesmo raciocínio que Teun Van Dijk (1980, p. 248) chama a atenção para o fato de que a novidade presente nos relatos jornalísticos é somente “a ponta de um *iceberg* de pressuposições e, em consequência, da informação previamente adquirida”. E, neste sentido, a produção noticiosa envolveria “grandes quantidades de informação estruturadora, repetida e coerente, que sirva como base para ampliações mínimas e outras mudanças em nossos modelos do mundo”.

Assim como Soares (2001, p. 30) estamos assumindo aqui a proposição de que “ao contrário do que se propaga, o jornalismo não está ligado à busca do ‘novo todo dia’, mas a algo que se repete e, ao se repetir, torna-se uma referência permanente àquilo que faz o comum de todos”. E assim, portanto, é “redundância e novidade, repetição não do mesmo, mas do diverso que, diferente a cada vez, repete

uma mesma estrutura”. E assim, sob a ótica dos discursos, “as notícias interessantes não são aquelas absolutamente novas, mas as que repetem alguma coisa e, portanto, articulam-se a uma expectativa, dando continuidade à ‘grande narrativa’ continuamente em inscrição”.

A partir da noção de que o acontecimento jornalístico é uma espécie de “acontecimento segundo”, na medida em que não é algo que meramente “irrompe na superfície lisa da história” (RODRIGUES, 1990), mas sim, algo que está sujeito a um processo de construção de lugares de sentido que dão forma a um evento relatado, podemos dizer que a citação à história é uma estratégia eficiente de inserir a notícia dentro de um conjunto de significações já compartilhadas. Como coloca Hall (1993: 226), “um acontecimento só ‘faz sentido’ se puder se colocar num âmbito de conhecidas identificações sociais e culturais”. E assim, “se os jornalistas não dispusessem – mesmo de forma rotineira – de tais ‘mapas’ culturais do mundo social, não poderiam ‘dar sentido’ aos acontecimentos invulgares, inesperados e imprevisíveis que constituem o conteúdo básico do que é ‘noticiável”.

Recorrer ao passado é, dentro desta perspectiva, uma maneira de acionar um desses mapas culturais que formam o acontecimento jornalístico. E, sob este aspecto, o evento jornalístico é semantizado justamente a partir da posição que ele ocupa dentro de uma cadeia temporal complexa, de forma que o passado e o futuro funcionam como parâmetros que delimitam a forma como o presente deve ser entendido.

A mesma lógica circular, no entanto, que rege a construção da memória coletiva, funciona também para o fato jornalístico que usa a história como estratégia de semantização do novo. Como coloca Quèrè (2005: 61-62), para que possamos associar um determinado passado e um determinado futuro para um acontecimento é necessário, antes de tudo, que o próprio acontecimento ocorra, ou seja, é preciso que ele se manifeste como descontinuidade do *continuum* e, mais do que isso, que “tenha sido identificado de acordo com uma certa descrição e em função de um contexto de sentido”. Somente depois desta semantização primeira é que podemos lhe associar um passado e um futuro como modelos de explicação causal. E assim, “é, portanto, o acontecimento que acaba de se verificar que faz aparecer a dimensão do passado; porque antes de ele se verificar não há passado. É preciso que se produza o acontecimento para que haja um passado do acontecimento”. Dentro desse quadro, é o próprio acontecimento jornalístico já semantizado que irá construir o passado e o

futuro que servirão de guia para o entendimento do relatado, erguendo, assim, determinados quadros de significação.

Há, portanto, uma lógica circular envolta nos movimentos de semantização do acontecimento jornalístico a partir da história: ao evocar a história, o jornalista invoca uma construção imaginária do tempo que constrói o acontecimento jornalístico ao mesmo tempo em que é construída por ele.

Uma vez isso posto, podemos analisar como a história atua como um importante instrumento de semantização do acontecimento jornalístico a partir de um recorte específico, a saber, nas matérias que evocam a origem das coisas.

### O retorno às origens: a descrição jornalística do início histórico das coisas

Em um texto já clássico, Marc Bloch chama a atenção para o fato de que, embora a noção de origem seja um conceito um tanto obscuro, há mesmo uma ideia, ligada ao senso comum, de que a origem é não apenas um início, mas sim, um início que explica. Ou pior ainda: um início que basta para explicar.

Essa imputação causal a partir de uma origem é um carregador de sentidos tão poderoso que o historiador coloca mesmo que ele é aplicado, na maioria das vezes, para explicar o presente apenas com a intenção de melhor justificar ou condenar. “De modo que em muitos casos o demônio das origens foi talvez apenas um avatar desse outro satânico inimigo da verdadeira história: a mania do julgamento” (BLOCH, 2001: 58).

Linguisticamente, uma abordagem possível a respeito desta temática pode ser alinhavada a partir da problemática dos pontos fortes da narrativa. Nesta perspectiva, a demarcação de um ponto inicial ou de um ponto de origem pode funcionar como um lugar de concentração ou de costura de sentidos para o texto. Vejamos como.

Como coloca Philippe Hamon (1976: 264), as situações de comunicação escritas diferem essencialmente das transmissões orais, na medida em que se trata de “uma comunicação, por definição, não reversível, descontextualizada, hermética e ambígua, que podemos definir como um cruzamento de ausências e de mal-entendidos (ausência do emissor e do contexto da emissão para o receptor, ausência simétrica do receptor e do contexto de recepção para o emissor, etc.)”.



Sendo destinado a um público difuso e heterogêneo, para este autor, o texto escrito precisa impor algumas condições que possam assegurar “um mínimo de legibilidade”, com o objetivo de “paliar sua ambiguidade fundamental por um deciframento compensatório” (HAMON, 1976: 265). E isso pode ser feito através da incorporação na própria mensagem de uma série de sinais, estruturas equacionais ou relacionais, de procedimentos estilísticos ou de momentos narrativos que tem como meta justamente a construção de um campo comum de entendimento e de comunicação.

Há, desta maneira, alguns momentos privilegiados nas narrativas que suturam seus significados: que costuram, de certa forma, as direções que devem ser tomadas pelos leitores e que contribuem, de forma decisiva, para a construção do sentido geral do texto. Esses momentos fortes funcionam como pontos nodais das estórias, na medida em que conseguem juntar uma série de sentidos ambivalentes e direcioná-los para um determinado tipo de cadeia significante.

E é desta forma que determinadas expressões estereotipadas como “era uma vez” funcionam como demarcadores explícitos que indicam um gênero e introduzem uma enunciação organizadora. Este mesmo mecanismo, no entanto, também funciona em construções mais complexas. Os inícios das narrativas, os finais das estórias, as passagens de momentos narrativos para considerações de ordem descritiva: todos estes instantes funcionam como demarcadores de direcionamento e suturadores de sentido a serviço de determinados objetivos narrativos.

Dentro dessa lógica, as demarcações da origem de determinadas temáticas ou o estabelecimento de um ponto de início de um fenômeno não se constituem como meros dados objetivos acerca de uma questão. Na perspectiva da urdidura de enredo, ele pode ser entendido como um destes pontos fortes da narrativa, como um destes espaços destinados a organizar e direcionar os sentidos, como um dos mecanismos de desambiguação textual.

A origem como um dos pontos nodais de sentido da narrativa jornalística pode ser bem exemplificada quando analisamos matérias que citam a origem de uma determinada medida na ditadura militar (como, por exemplo, as reportagens que comemoravam o fim da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão de jornalista e o fim da lei da Imprensa), remetendo a um começo que já está desde sempre maculado. No total do *corpus*, encontramos 102 matérias cuja origem da

problemática retratada fazia remissão a este período histórico, o que corresponde a 6,21% das matérias que tinham funções e sequências narrativas de origem.

Neste sentido, em *Carta Capital*, podemos citar uma reportagem que criticava a polícia carioca nos seguintes termos: “Essa violência [praticada pelas forças policiais] é praticada à sombra de uma aberração jurídica, o ‘Auto de Resistência’ nascido no antigo Estado da Guanabara, em 1969, na esteira do Ato Institucional de número 5, o AI-5 da ditadura militar” (CARTA CAPITAL, 19/08/2009: 27).

Ou, ainda, na mesma publicação, em uma matéria que elogiava as tentativas de mudanças na Lei do Estrangeiro, colocava-se que “concebida nos moldes da doutrina da Segurança Nacional da ditadura, a Lei do Estrangeiro restringe atividades remuneradas, cria obstáculos à concessão de vistos de permanência e proíbe a organização e manifestação política” (CARTA CAPITAL, 08/07/2009: 37). Ou, por fim, ao desmerecer uma lei que o delegado Protógenes Queiroz havia sido acusado (segundo a publicação, equivocadamente) de violar: “Protógenes foi acusado de ter infringido uma lei de 1966, imperiosa para a ditadura de então, que proíbe atividades político-partidárias de servidores da corporação” (CARTA CAPITAL, 18/11/2009: 25-26).

Os posicionamentos da revista em cada uma das matérias são inseridos e articulados, desta forma, na demarcação da origem das medidas que teriam sido violadas ou modificadas. Ao estabelecer a origem, colocando as medidas como filhas da ditadura, uma série de valores sociais consensuais é mobilizada e determina a demarcação das referidas leis como leis mortas.

É no nível dos implícitos da linguagem que esta suposta origem condenatória alinhava e prende alguns encadeamentos de sentido que se querem confirmados. A eficácia desta demarcação depende de um acordo já preestabelecido entre o leitor e o jornalista que dividem uma determinada plataforma cultural comum: “Do princípio ao fim, a análise da argumentação versa sobre o que é presumidamente admitido pelos ouvintes” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1996: 70).

O funcionamento retórico desta demarcação de um início condenatório na ditadura militar pode ser explicado a partir da construção de uma correlação de coexistência entre a origem e o presente, estabelecida a partir de uma ligação simbólica.

O símbolo, de uma forma geral, é um elemento linguístico cuja característica, segundo Pierce, é ser sempre regido por algum tipo de convenção e se referir a ideias

gerais. Assim, como explica Kristeva (1984: 29), ele “opera com unidades simbólicas que são unidades de restrição em relação aos universais simbolizados (o ‘heroísmo’, a ‘coragem’, a ‘nobreza’, a ‘virtude’, o ‘medo’, a ‘traição’, etc.)”. A autora (1984: 36) opõe o símbolo ao signo de forma que o signo “não remete para uma realidade única e singular, mas evoca um conjunto de imagens e ideias a elas associadas”.

Ele é caracterizado por apresentar uma relação de participação entre ele e o que ele evoca, de maneira que isso se processa não como uma analogia, mas sim, como uma participação mútua quase-mágica. Isso porque ela acarreta, de uma forma geral, uma transferência entre o símbolo e o simbolizado.

Como explicam Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996: 378), “quando a cruz, a bandeira, a pessoa do rei são encaradas como símbolos do cristianismo, da pátria, do Estado, essas realidades despertam um amor ou um ódio, uma veneração ou um desprezo, que seriam incompreensíveis e ridículos se, com o seu caráter representativo, não estivesse relacionado um vínculo de participação”.

As ligações emocionais desempenham um papel importante neste tipo de recurso argumentativo e, é importante ressaltar, que a sua utilização não garante a eficácia persuasiva na medida em que os valores em jogo devem ser tomados como consensuais. Ele é formado, muitas vezes, pela utilização de meros indícios ou detalhes que evocam uma série de pressupostos em uma plataforma cultural comum.

É assim que “certos indícios podem tornar-se simbólicos de uma situação, de uma maneira de viver, de uma classe social, como o fato de possuir um automóvel de certa marca ou usar uma cartola”. Da mesma forma, “se um indivíduo, membro de um grupo, tornou-se símbolo deste, seu comportamento será considerado mais importante, porque mais representativo, do que o de outros membros do mesmo grupo” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1996: 380).

Desta forma, vemos que a ligação de coexistência simbólica constrói um campo comum de tal forma que tudo o que diz respeito ao símbolo diz respeito também ao simbolizado. Se tivermos que o leão simboliza a coragem, o homem que for descrito como um leão partilhará das características pressupostas deste animal.

Isso posto, podemos pensar que a ditadura militar funciona como uma espécie de símbolo nas matérias citadas. A ligação simbólica estabelecida entre a origem das problemáticas discutidas e os seus desdobramentos atuais, garante a mobilização de uma série de subentendidos relacionados a arbitrariedades, a

autoritarismos e a uma imensa gama de outras características negativas ligadas àquele período histórico.

Mais do que isso, em textos jornalísticos como estes, a demarcação do ponto inicial, além de engendrar alguns nós de sentido, não raro também ganha uma tonalidade explicativa e delimita os entendimentos possíveis em torno de um tema.

Isso fica bastante claro, por exemplo, em uma coluna de Leonardo Attuch publicada na revista *IstoÉ*, quando o colunista realoca a origem da guerra entre os israelenses e os palestinos, colocando que “os homens que criaram Israel também já foram rotulados como terroristas”. Para sustentar a sua afirmação, ele recorre ao Haganá que era “o nome de uma organização paramilitar judaica que combatia a ocupação britânica na Palestina, que durou de 1920 a 1948”. Segundo o colunista, “em 1948, para que surgisse Israel, dois fatores foram decisivos: a vergonhosa memória do Holocausto e a combatividade do povo judaico. Assustados com o ‘terror’ de organizações como o Irgun, os ingleses bateram em retirada de Jerusalém e 700 mil árabes perderam suas casas, tornando-se refugiados” (ISTOÉ, 14/01/2009: 79).

O que Attuch faz, neste último trecho, é realocar o ponto de início do confronto entre árabes e palestinos. Ao passo que as demais revistas colocavam a fundação do Estado de Israel em termos muito mais suaves, Attuch reengendra a questão ao colocar como origem do conflito não só a violência sofrida pelos judeus durante o Holocausto, mas também (ou principalmente) as demonstrações de violência que partiram deles. E não se trata, neste caso, de uma violência “legalizada”, de “Estado” ou “de guerra”, mas sim, uma violência terrorista, em termos muito parecidos aos usados quando se retrata as ações do outro lado do conflito, o Hamas.

Com a mudança do nó narrativo posto pela origem, toda a explicação em torno do conflito também é modificada. Os sentidos articulados são inteiramente outros, neste caso. As relações entre as vítimas e os culpados são realocadas, bem como o julgamento das soluções postas em pauta pelas partes em conflito.

O texto de Attuch opera mesmo uma modificação total dos pressupostos e dos subentendidos em jogo nas construções de sentido em torno do conflito entre palestinos e israelenses ao modificar apenas um dos elementos narrativos articulados (em comparação com o tratamento dado em outros textos da imprensa): esse elemento é justamente a origem do confronto.

Outra questão a ser analisada diz respeito ao fato de que a evocação às origens adquire, por vezes, tons essencialistas ligados à identidade de determinados grupos. As argumentações estruturadas em torno dos grupos costumam contribuir para a construção de uma estratégia particular que diz respeito ao fato de que a interação entre o indivíduo e o grupo é um mecanismo poderoso que pode ser utilizado para valorizar ou para desmerecer um dos elementos desta equação. Em outras palavras, se o grupo é dotado de determinadas características positiva ou negativamente marcadas (que podem ser apresentadas a partir de uma série de construções, inclusive através de comentários de cunho histórico), constrói-se o sentido de tal forma que todos os membros deste grupo passam a compartilhar desta mesma qualidade. O contrário também pode ser posto em cena na medida em que determinados membros de um grupo podem contribuir para a elevação ou desqualificação da coletividade a que faz parte.

Esse mecanismo retórico fica patente em matérias que versam sobre a origem de determinados grupos. Para Ruth de Aquino, em sua coluna na revista *Época*, por exemplo, a forma como as patroas tratam suas empregadas é uma característica brasileira que pode ser explicada a partir de uma origem em um passado longínquo. Segundo ela, “essa mordomia no Brasil, com origens na tradição escravagista, é alimentada pela profunda disparidade de renda” (ÉPOCA, 12/10/2009: 138).

O recurso à história serve como forma de explicitar esse conteúdo marcadamente negativo e engendrar uma característica que deve ser tomada como essencialista: uma vez que ela é posta como presente na origem constitutiva desta nação, essa marca se torna perene, inviolável, refratária às contingências temporais. Desta forma, o apelo às origens, além de delinear uma plataforma explicativa para os fenômenos que estão sendo explicitados, também marcam este campo de exemplaridade (no caso de características marcadamente positivas) ou de demérito (no caso de características negativas), assumindo características notadamente essencialistas que contribuem para a demarcação deste efeito de sentido.

A noção de “características essenciais de um grupo” - que diz respeito a marcas que, colocadas logo na origem de um grupo, ganham um contorno perene e servem, por isso, para demarcar um modo de agir específico – está estruturada em torno das expectativas sociais que se tem em relação a esta coletividade. Assim, “essas construções intelectuais se empenham em associar e em explicar fenômenos particulares, concretos, individuais, tratando-os como manifestações de uma essência

que se expressa igualmente em outros acontecimentos, objetos, seres ou instituições” (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1996: 372). Este mecanismo pode ser posto em ação a partir de uma série de estratégias – que não precisam estar relacionadas necessariamente ao uso do passado – muito embora a evocação histórica seja um mecanismo comum neste tipo de construção de sentido.

A evocação de uma origem, portanto, é um poderoso direcionador de discursos na medida em que evoca, dentro de uma dada plataforma cultural, eventos que carregam uma série de predeterminações. Desta forma, ao repisar sobre a origem dos problemas e das questões narradas, a narrativa jornalística já circunscreve quais são os tipos de generalizações que são permitidas serem feitas a respeito do fato presente, aliados aos tipos de conhecimentos que podemos ter dele. Mais do que isso, já predetermina também os tipos de projetos que são lícitos de serem propostos para mudar esse presente ou para mantê-lo em sua forma vigente (WHITE, 2008).

E é por isso que podemos afirmar que, ao evocar a história, as matérias citadas efetuam movimentos de semantização que invocam uma origem que descreve uma atualidade. E assim, neste sentido, somos obrigados a concordar com Michael Schudson (1987: 84) quando ele coloca que “perguntar ‘isto é notícia?’ não significa perguntar somente ‘isto acabou de acontecer?’. É perguntar ‘isto significa algo?’. E essa questão não pode ser respondida sem serem feitas algumas suposições sobre a História”.

## Referências

- BLOCH, M. **Apologia da História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CERTEAU, M. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.
- FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.
- FRANCISCATO, C. E. “A atualidade no jornalismo”. In: HOHLFELDT, Antonio *et alli*. **Práticas midiáticas e espaço público**. Porto Alegre: EDIPUC-RS, 2001.
- FRANCISCATO, C. E. **A Fabricação do Presente**. São Cristovão: UFS, 2005.
- GREGOLIN, M. R. V. “Discurso e Memória: Movimentos na Bruma da História”. In: **Cadernos da Faculdade de Filosofia e Ciências**. Marília: UNESP, 1997, p. 45-58.
- HALL, S. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo: questões, teorias e estórias**. Lisboa: Vega, 1993.
- HAMON, P. “Para um estatuto semiológico da personagem”. In: GURYON, F. R. **Categorias da Narrativa**. Lisboa: Arcádia, 1976.
- HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 2007.

- KRISTEVA, J. **O texto do romance: estudo semiológico de uma estrutura discursiva transformacional**. Lisboa: Horizonte, 1984.
- MARCONDES FILHO, C. **Comunicação e jornalismo**. São Paulo: Hacker, 2000.
- PERELMAN, C. e OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado de Argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- RODRIGUES, A. **O Acontecimento. Comunicação e Linguagens**, n. 8, Lisboa, 1988.
- SCHUDSON, M. "Deadlines, datelines and History". In: SCHUDSON, M. e MANOFF, R. K. **Reading the News: a pantheon guide to popular culture**. New York: Pantheon Books, 1987.
- SOARES, R. L. **Imagens veladas: aids, imprensa e linguagem**. São Paulo: Annablume, 2001.
- SODRÉ, M. **A narração do fato**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- VAN DIJK, T. **La Noticia como Discurso**. Barcelona, Paidós.
- WHITE, H. **Meta-História: a imaginação histórica do século XIX**. São Paulo: Edusp, 2008.

**Eliza Bachega Casadei** é mestre em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) e editora executiva da Revista Anagrama. Email: elizacasadei@yahoo.com.br

## Notas

---

<sup>i</sup> Por "matéria" estamos nos referindo a todos os textos publicados que ocupavam no mínimo uma página da revista.

<sup>ii</sup> Quanto às edições tomadas individualmente, a revista *Carta Capital* do dia 27 de maio possuía um total de 97,56% de reportagem que faziam alusão a algum evento anterior ao ano de 1995. Nesta revista, a edição com menor número de alusões históricas é a de 23 de setembro, com 50% dos textos.

Na revista *Veja*, a edição com maior número de remissões é a do dia 23 de setembro com um total de 85,71% dos textos e o menor número é a do dia 18 de novembro, com 56,41% das reportagens. Em *Época*, a variação fica entre 83,87% das matérias, na edição de 05 de outubro e 51,42%, na edição de 09 de março. Por fim, em *IstoÉ*, a edição com maior número de remissões históricas é a de 01 de julho, com 84,37% dos textos e a com menor número é a de 21 de outubro com 41,66% dos textos.

Um dado relevante a ser destacado é o de que no período de Janeiro a Dezembro de 2009 foram estudadas 205 edições, somadas as quatro revistas. Destas, apenas em seis edições (3% delas) a porcentagem de matérias que citavam dados históricos foi inferior a 50%. E todas elas estão nas revistas *IstoÉ*, a saber, nos dias 25/02/2009 (com 42,42%), 04/03/2009 (com 46,87%), 03/06/2009 (com 41,17%), 29/07/2009 (com 46,42%), 02/09/2009 (com 44,44%) e 21/10/2009 (com 41,66%). Ou seja, nas demais revistas consultadas, todas as edições possuíam mais da metade de seus textos com algum tipo de remissão a algum evento anterior ao ano de 1995.